

O empoderamento feminino: alternativas ao desenvolvimento

Female Empowerment: alternatives to development

Darluce Andrade de Queiroz Muniz
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Uberlândia -Brasil
Hadson Bertoldo Sales Lima
Universidade Estadual da Bahia (UNEB)
Salvador – Bahia
Raquel Silva Borges
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Uberlândia -Brasil

Resumo

Este texto objetiva compreender o feminismo como contribuição ao enfrentamento ao capitalismo, por meio da perspectiva ecofeminista, como uma alternativa ao desenvolvimento no contexto de uma sociedade capitalista, deste modo, partimos da compreensão que na forma de operacionalização do capitalismo, as mulheres são atravessadas pelas injustiças de classe, gênero e raça. Assim, por meio de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, recorreu-se a compressão do ecofeminismo de Angelin (2014); das críticas ao modelo capitalista de Fraser (2020); das alternativas de desenvolvimento de Santos (2002); de território de Santos (1996) e de Souza et al. (2021) numa tentativa de pensar o modo de viver das mulheres dentro da sociedade capitalista e da alternativa de organização da Rede de Mulheres em um território onde está situada a RESEX - Reserva Extrativista de Canavieiras.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Ecofeminismo. Movimento Social. Rede de Mulheres.

Abstract

This text aims to comprehend feminism as a contribution to confronting capitalism, through an ecofeminist perspective, as an alternative to development in the context of a capitalist society. crossed by the injustices of class, gender and race. Thus, through a qualitative research of a bibliographical nature, the compression of Angelin's ecofeminism (2014) was resorted to; the criticism of Fraser's capitalist model (2020); Santos' development alternatives (2002); of territory by Santos (1996) and by Souza et al. (2021) in an attempt to think about the way of life of women within capitalist society and the alternative organization of the Women's Network in a territory where the RESEX - Extractive Reserve of Canavieiras is located.

Keywords: Sustainable Development. Ecofeminism. Social Movement. Women's Network.

O empoderamento feminino: alternativas ao desenvolvimento

Introdução

Em diferentes fases da implementação do modelo econômico capitalista, ele carrega consigo problemas estruturais tais como: desumanização e exclusão social, exploração e expropriação do trabalho, subordinação das populações racializadas, exploração das mulheres e uso indiscriminado dos recursos naturais, nesse sentido, as críticas ao modelo de produção capitalista são realizadas por diversos autores, Fraser (2020), Santos (2002), Mézaros (2009), que a partir de teoria crítica apontam a problemática do capitalismo moderno.

Nesse sentido, para a construção desse artigo partimos da ideia que o capitalismo produz de modo sistemático desigualdades no interior das sociedades, e o impacto advindo desse modelo econômico tem se apresentado de maneira mais agressiva na vida das mulheres, pois estas são atravessadas pelas questões de gênero, raça e classe. E essa tripla subjugação agrava a pobreza e segregação de mulheres, e produz a precarização, principalmente para as mulheres negras (CARNEIRO, 2004). Assim, questiona-se como as alternativas contra-hegemônicas têm se apresentado visando a melhoria de vida das mulheres que são triplamente castigadas pelo modo econômico capitalista?

Fraser (2016) afirma que vivemos em meio a uma crise, de caráter político, de ordem global, uma crise vasta e multifacetada, de vertente ecológica, social e econômica. Estes fatores articulados entre si são constituintes da crise, entretanto, atrelado a eles, existem outros obstáculos externos, de ordem não política, que fornecem outros elementos para a compreensão desse fenômeno. A autora afirma que no caso dos Estados Unidos esses obstáculos residem na

Metaestatização das finanças; a proliferação de empregos precários no setor de serviços, como aqueles no McDonald's; o inchamento da dívida dos consumidores para permitir: a compra de produtos baratos produzidas alhures; o crescimento simultâneo das emissões de carbono, de condições climáticas extremas e do negacionismo climático; o encarceramento racializado em massa e a violência policial sistêmica; e o crescimento do estresse na vida familiar e comunitária, graças, em parte, ao prolongamento das horas de trabalho e à diminuição dos auxílios sociais (FRASER, 2016, p. 44).

Ao analisar os problemas descritos por Fraser acerca do processo vivenciado pelos Estados Unidos, percebe-se que aqui no Brasil vivenciamos problemas muito parecidos, e que são decorrentes do desenvolvimento de um sistema econômico expropriativo e plutocrático (FRASER, 2016). Nesse sentido, na tentativa de pensar alternativas a esse tipo de

desenvolvimento é que desenvolvemos essa escrita e elegemos como objetivo geral a seguinte ação: compreender como o feminismo tem oferecido mudanças na forma de enfrentamento ao capitalismo. E, como objetivo específico, centraremos o desenvolvimento em dois pontos: discutir como as alternativas cooperadas têm se constituído como uma alternativa aos modelos sustentáveis de desenvolvimento econômico; e apresentar a experiência no Território de Identidade Litoral Sul, uma prática que contribui para o empoderamento feminino.

Destarte, ao fazer essa intersecção entre ecofeminismo e desenvolvimento econômico sustentável, partirei do princípio de que esses dois conceitos visam à transformação do modo de desenvolvimento estabelecido a partir do modelo capitalista. Portanto, este artigo será desenvolvido em duas partes, na primeira trataremos dos conceitos que fundamentam a discussão, tais como: desenvolvimento econômico, feminismo e ecofeminismo. E na segunda uma apresentação do Território de Identidade Litoral Sul com a experiência exitosa que é desenvolvida por mulheres, como uma alternativa ao desenvolvimento de práticas de respeito à mulher e à natureza.

2. Ecofeminismo e desenvolvimento sustentável: novas formas de pensar a sociedade e desenvolvimento econômico

O uso indiscriminado dos recursos naturais pela sociedade capitalista tende a se esgotar, pondo fim às fontes que asseguram a sua própria reprodução, nesse processo cada vez mais voraz de destruição da natureza é que nasce a crítica a esse modelo econômico por meio de diversos movimentos sociais, que reivindicam um modelo de desenvolvimento econômico que preserve o meio ambiente para as futuras gerações (SANTOS, 2002). Decorrente desse processo o movimento ecologista se organiza a partir da possibilidade de destruição e esgotamento dos recursos naturais, propondo alternativas à forma atual de desenvolvimento econômico, articulando em três perspectivas “adopção de estratégias antidesenvolvimentistas, assentes na subsistência e no respeito da natureza e da produção natural” (SANTOS, 2002, p. 7).

Santos (2002) apresenta em seu texto diversas experiências exitosas que se contrapõem ao modelo de produção capitalista, a exemplo, das estratégias de cooperativismo vivenciadas em diversas regiões do planeta, expondo os pontos mais importantes na forma de constituição dessas alternativas, a exemplo do Movimento Sem

O empoderamento feminino: alternativas ao desenvolvimento

Terra – MST, no Brasil. Ele ressalta que, o cooperativismo pode ser entendido como uma prática econômica inspirada nos valores da autonomia, democracia participativa, igualdade e apoiada em 07 princípios: o vínculo aberto e voluntário, o controle democrático por parte dos membros, a participação econômica dos membros, autonomia e a independência em relação ao Estado e a outras organizações, o compromisso com a educação dos membros da cooperativa; a cooperação entre cooperativas; e contribuição para o desenvolvimento da comunidade. (SANTOS, 2002).

De acordo com o pensamento de Santos (2002), o cooperativismo não se constitui como uma prática moderna, seu registro data de 1826, na Inglaterra, com o surgimento dos problemas decorrentes do Capitalismo Industrial. Ao justificar o motivo do interesse de estudo do modelo de produção solidário, o autor assegura que existem 04 razões que tornam o cooperativismo uma perspectiva emancipadora, a saber: os valores de fundação das cooperativas, em princípios não capitalistas, mas com potencial para competir com o mercado; as características das cooperativas de trabalhadores apresentam mais eficiência, pois quanto mais próspera, mais rentável se é para os sócios/trabalhadores; o efeito igualitário direto permite a diminuição dos níveis de desigualdades; e as cooperativas geram outros benefícios que não econômicos para os seus membros e para a comunidade (SANTOS, 2002).

O surgimento dessas iniciativas advém das questões que envolvem a sociedade capitalista nas questões políticas, econômicas e sociais, que produzem sistematicamente a exploração da classe trabalhadora e a destruição da natureza. Esse ressurgimento se constitui como um desafio para o pensamento socialista, pois esta teoria tem optado pelo caminho do “planeamento centralizado da economia, assente na propriedade colectiva dos meios de produção” (SANTOS, 2002, p, 20). Deste modo, o caso da União Soviética, enquanto uma experiência socialista burocrática e centralizada que trouxe como consequência: escassez crônica dos bens de consumo, falta de estímulos para inovar e aumentar a produção, e dificuldade de encontrar matérias-primas, sendo necessário recorrer ao mercado ilegal.

O desenvolvimento alternativo é entendido como uma teoria que “se constitui por múltiplas análises e propostas formuladas por críticos dos pressupostos e dos resultados dos programas de desenvolvimento convencionais” (SANTOS, 2002, p. 20) e tem um papel essencial nas críticas ao modelo neoliberal de globalização. Por meio da crítica ao modelo econômico vigente, essa teoria apresenta a ideia de que a “economia é uma parte integrante,

dependente da sociedade e de subordinar os fins econômicos à proteção destes bens e valores” (SANTOS, 2002, p, 26). Inspirando os princípios de solidariedade e de inclusão nos setores marginalizados pela sociedade.

Na contramão deste pensamento, do “desenvolvimento alternativo” o autor apresenta o conceito de “alternativa ao desenvolvimento”, que como ideia principal defende a imposição de limites ao crescimento econômico, e subordinando a “imperativos não econômicos” (SANTOS, 2002, p. 27). Propõe ainda que o desenvolvimento ocorra no movimento de baixo para cima, permitindo que os sujeitos centrais neste processo sejam as comunidades organizadas. Nesse sentido, o ativismo e protagonismo das mulheres, das ONGs e cooperativas têm sido os principais sujeitos na organização de novas formas de pensar o desenvolvimento e na melhoria da condição objetiva dos homens e mulheres que não detém do capital.

O desenvolvimento alternativo, por meio do associativismo tem se apresentado como uma vertente possível de oposição ao capitalismo, entretanto, o autor apresenta críticas ao modo como essas abordagens se constituem, e uma delas parte da ideia que essas alternativas operam sempre no espaço local, se distanciando das escalas regionais, nacionais e globais. A alternativa ao desenvolvimento se apresenta como uma abordagem que se constitui como uma crítica radical ao crescimento econômico, apesar de algumas similaridades com a da abordagem de desenvolvimento alternativo, a exemplo na “defesa da autonomia e a ênfase no local” (SANTOS, 2002), mas não apresenta nenhuma propositura em relação à gênese do problema do crescimento. Nessa direção, o texto apresenta que nessa abordagem, desenvolvimento sustentável é desenvolvimento sem crescimento, permitindo que o ecossistema se regenere.

No centro dessa discussão aparece o feminismo reivindicando a participação das mulheres no desenvolvimento, como forma de estabelecer um novo paradigma de crescimento, que permitirá que a diversidade cultural apresente formas diversas de produzir e se desenvolver. No centro do debate do feminismo atual está a busca por reconhecimento e por redistribuição (FRASER, 2011), buscando na igualdade de gênero o desenvolvimento de uma sociedade justa e sustentável.

Ao colocar o feminismo nessa discussão parto da ideia de que no contexto do capitalismo, por meio de seu desenvolvimento agudo, foi permitido que as diferenças de

O empoderamento feminino: alternativas ao desenvolvimento

gênero fossem intensificadas “e, estrategicamente, encarregadas do trabalho doméstico, cuidando da casa, das crianças, dos velhos e doentes, além de exercerem o papel de servir o marido, que era o provedor do lar” (ANGELIN, 2014, p. 1578). E com isso, as mulheres precisam duplamente lutar por políticas de reconhecimento e de redistribuição, é fato que a opressão feminina é anterior ao surgimento do capitalismo, mas segundo a autora, com o surgimento do trabalho assalariado, o trabalho doméstico não remunerado ficou para as mulheres, sendo considerado “como trabalho não produtivo”.

Assim sendo, o feminismo é um movimento de luta, de reivindicações e de denúncia desse modelo social vigente, e em 2005, a Marcha Mundial das Mulheres, lançou a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, como parte das ações internacionais que visam o combate ao racismo, sexismo e ao modelo capitalista, assim sendo, o documento anunciava

Nós, as mulheres, marchamos há muito tempo para denunciar e exigir o fim da opressão que vivemos por sermos mulheres, para dizer que a dominação, a exploração, o egoísmo e a procura desenfreada do lucro que levam às injustiças, às guerras, às conquistas e às violências devem terminar.

Das nossas lutas feministas e das lutas de nossas antepassadas de todos os continentes, nasceram novos espaços de liberdade para nós, para nossas filhas e filhos, para todas as crianças que, depois de nós, caminharão sobre a terra.

Construímos um mundo no qual a diversidade é uma virtude; tanto a individualidade como a coletividade são fontes de crescimento; onde as relações fluem sem barreiras; onde a palavra, o canto e os sonhos florescem. Esse mundo considera a pessoa humana como uma das riquezas mais preciosas. Um mundo no qual reinam a igualdade, a liberdade, a solidariedade, a justiça e a paz. Este mundo nós somos capazes de criar (CARTA PARA AS MULHERES, 2005, p. 24).

Essa marcha apontava que as mulheres eram atravessadas por múltiplas opressões a exemplo: o racismo, o sexismo, a misoginia, a xenofobia, a homofobia, o colonialismo, o imperialismo, o escravismo e o trabalho forçado. A esse respeito, o conceito de interseccionalidade discutida por diversas teóricas negras, se constitui como um importante aporte teórico para essa discussão, onde estas apresentam que as mulheres, principalmente as mulheres negras são atravessadas por múltiplas opressões, nesse sentido, Akotirene (2019, p.14) assevera que:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.

Essas opressões vivenciadas pelas mulheres no cotidiano brasileiro além de ser perversas, elas são igualmente nefastas para os corpos dissidentes, tais como as populações LGBTQIAPN+ⁱ considerando as pessoas que não se configuram dentro do corpo cisgênero. Assim, mulheres e pessoas não cisgêneras tendem a sofrer com essas opressões, que vão de modo bastante agressivo empurrando esses sujeitos para as margens e essa marginalidade produz cultura, resistência e novas formas de organização.

Dito isto, onde reside a ligação entre a ecologia e o feminismo? De acordo com Angelin (2014), esses dois conceitos se articulam por objetivarem igualdade aos seres humanos, articulando preservação dos recursos naturais, erradicação da pobreza, e a reintegração entre natureza e humanos. Nessa direção o Ecofeminismo em sua forma de consolidação foi dividido em três vertentes: clássico, espiritualista do Terceiro Mundo, e construtivista. Essas 3 formas de entender o feminismo nasceram na década de 1970, a partir das reivindicações de mulheres, que se organizaram com os ambientalistas, consolidando uma forma de enfrentamento ao capitalismo selvagem, assim, Angelin (2014, p.1582) afirma que, “o movimento ecofeminista trouxe à tona o debate envolvendo a relação entre a exploração e a submissão imposta pelo poder do patriarcado sobre a natureza, as mulheres, bem como sobre os povos estrangeiros”.

De acordo com a autora, o Ecofeminismo Clássico é uma forma de denúncia ao modo como o patriarcado se utiliza da mulher para legitimar seu poder. Essa concepção aponta como os homens têm potencial destrutivo produzindo guerras e destruição, enquanto a mulher se opõe a essa forma de ser masculina, sendo naturalmente levada ao “pacifismo, à conservação da natureza, enquanto os homens seriam naturalmente predispostos à competição e à destruição” (ANGELIN, 2014, p. 1582). O Ecofeminismo espiritualista do Terceiro Mundo de origem asiática, tendo como influência as ideias de Gandhi e na América Latina, a Teologia da Libertação, a ideia central nessa concepção advém que o modelo patriarcal é violento com a natureza e com as mulheres, como forma de afirmar o poder e o controle. Nessa tendência, a crítica reside em “contestar a dominação, o sexismo, o racismo, o elitismo, e o antropocentrismo” (ANGELIN, 2014, p. 1582).

O Ecofeminismo construtivista preserva as ideias antirracista, anti-antropocêntrica e anti-imperialista, entretanto rejeita o essencialismo da primeira tendência, e as fontes religiosas da segunda. Se constituindo a partir da tese que a conexão das mulheres com a

O empoderamento feminino: alternativas ao desenvolvimento

natureza não se dá por conta do sexo feminino, ela advém “das responsabilidades de gênero na economia familiar, criadas através da divisão social do trabalho, da distribuição do poder e da propriedade” (ANGELIN, 2014, p. 1583), portanto, reivindicam que seja construído um novo modelo que implique em uma nova relação de gênero coma a natureza.

Ao discutir desenvolvimento sustentável e feminismo é possível perceber que encontraremos diversas formas de exercer o empoderamento das comunidades, e principalmente das mulheres, entretanto nos cabe ainda questionar o que vem a ser esse conceito? Assim, de acordo com Berth (2019), o empoderamento é um neologismo, e desta forma a autora busca por meio de articulação teórica, em Hannah Arendt e Michel Foucault contextualizar o que vem a ser o empoderamento. Deste modo, ela elucida que a perspectiva que ela defende “não visa retirar poder de um para dar a outro a ponto de se inverter os polos de opressão, e sim de uma postura de enfrentamento da opressão para eliminação da situação injusta e equalização de existências em sociedade” (BERTH, 2019, p. 19).

Essa premissa trazida pela autora ao tratar o conceito de modo redistributivo nos permite compreender que trocar apenas de mãos o “poder” pode significar somente mudança da opressão, assim, para que ocorra é necessário que todos tenham condições iguais e poderes iguais. Ela apresenta em seu texto autores que trazem o empoderamento não apenas como um conceito, e sim, como uma teoria, trazendo uma tônica ao seu trabalho, portanto, em sua argumentação Berth (2019) apresenta alguns teóricos para sustentar a sua discussão, nesse contexto, Paulo Freire é apresentado como o pioneiro nessa seara, ao trazer a sua Teoria de Conscientização, que nada mais é que a ideia básica para pensar o empoderamento, assim,

A questão do empowerment da classe social envolve a questão de como a classe trabalhadora, através de suas próprias experiências, sua própria construção de cultura, se empenha na obtenção do poder político. Isto faz do empowerment muito mais do que um invento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação, um longo processo histórico de que a educação é uma frente de luta (FREIRE; SHOR, 1986, p. 72).

Ao analisar esse pensamento de Freire é necessário refutar a ideia de empoderamento como um conceito individual, pois a libertação desejada só virá por meio de uma mudança ocorrida dentro do construto social. Portanto, empoderamento é luta de classe contra a dominação e, no caso específico das mulheres, é lutar contra todas as formas de dominação, são elas: capitalismo, racismo, patriarcado.

3. O Território de Identidade Litoral Sul: alternativas ao desenvolvimento

O território é um conceito multidimensional e polissêmico, utilizado pela teoria geopolítica e na ciência geográfica, sendo considerada uma categoria fundante para a construção do pensamento geográfico. Deste modo, o conceito de território, de maneira imediata, nos remete a ideia de espaço ou área que se delimita por fronteiras, sendo mantido por meio de uma relação de posse ou propriedade. O termo território vem do latim “*territorium*”, expressão que se referia a uma terra delimitada ou sob uma dada jurisdição. Entretanto, o termo se reformulou ao longo dos tempos, e atualmente se apresenta de modo polissêmico, o que na contemporaneidade torna complexa a sua definição única. Assim, a aplicação do termo território se expande para além das questões da geografia física, sendo incorporadas nas concepções atuais de território as questões das similaridades políticas, culturais, econômicas e regionais.

O conceito de território e territorialidade que é apresentado pela perspectiva “Miltoniana” (Milton Santos), trata o território não apenas no campo da segmentação e limites naturais e na relação de poder e espaço, mas também incorporando o território a um outro conceito que é bastante utilizado pelo pensamento de Milton Santos, o conceito de lugar.

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens super impuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. (SANTOS, 1996, p. 51)

Nessa perspectiva, o lugar exprime essencialmente a afetividade, a sensação de pertencimento e identidade em um determinado espaço geográfico historicizado, ou seja, o espaço que é produto da interação humana ao longo de sua história.

São nos territórios (espaços historicizados) onde as sensações de identidade e afetividade, apoiadas pelo sentimento de pertencimento a um determinado local, se manifestam. Precisam ser entendidos como o espaço no qual práticas emancipatórias, ações sociais e culturais manifestam suas características singulares e plurais.

O empoderamento feminino: alternativas ao desenvolvimento

É possível dialogar com a territorialidade para a construção deste artigo, tomando como base as relações históricas, os aspectos culturais, sociais, o modo de vida e produção no município e na região, sem desconsiderar as formas de dominação postas pela relação com a cacauicultura, por exemplo. E, de certa forma, as relações e implicações no modo de vida dos sujeitos, desde seus aspectos econômicos, sociais e ambientais e a relação desse projeto de desenvolvimento com a forma de resistência das mulheres dentro do território.

Nessa direção, tendo como categoria o conceito de território, é possível construir um diálogo com o contexto de vida dos sujeitos, seus saberes, o saber científico e a construção das identidades, com base nas matrizes históricas e culturais das comunidades, ancestralidades dos grupos, tendo como ponto de construção o lugar de fala dessas pessoas. Todo esse aparato de informações acerca do território dará margem para refletir acerca de como vem se constituindo essas discussões no contexto territorial, a fim de possibilitar a construção de uma educação (formal e não-formal) que tenha como ponto de partida, justamente, a relação com as práticas culturais, desenvolvimento social e empoderamento das minorias.

Souza, Santos e Mutim (2021) ao discutirem acerca do desenvolvimento da Educação Profissional afirmam que esta deve ser pensada para além do capital, e do que preconiza as reformas neoliberais, assim, ela deve ser sistematizada por meio de princípios que permita “a conexão entre escola e território”, permitindo que por meio do conhecimento os sujeitos possam “viver, produzir e resistir” e, por conseguinte, transformar. Assim, o texto dos autores ao apresentar o discurso Freiriano, o faz como uma categoria viva, não como um método ou técnica estatística, de igual modo, a ideia de território por meio dos estudos de Milton Santos é pensada para extrapolar o território não apenas no campo da segmentação e limites naturais e na relação de poder e espaço.

O conceito de Práxis Pedagógica apresentado por Freire e que aparece no texto de modo bastante pertinente, permite ao leitor pensar a educação em contexto territorial, tendo em vista o respeito à emancipação do sujeito que transforma por meio da sua ação o espaço/território em que vive, rompendo com a lógica de uma preparação instrumental para o mercado de trabalho.

Ao apresentar Práxis Pedagógica e território, como uma forma de pensar a construção da educação profissional e tecnológica, considera-se que essa experiência

Liga a escola à vida, enquanto processo de interpretar criticamente a vida que se vive, reconhecendo a capacidade autêntica e criativa dos sujeitos produzirem sua existência e constituírem suas formas de resistência, assim como os saberes decorrentes desse processo (SOUZA; SANTOS; MUTIM, 2021, p. 223).

O excerto acima nos permite pensar o território a partir da necessidade de tencionar a consciência política dos trabalhadores do campo e cidade, principalmente, a partir das “possibilidades emergentes de construção de outros valores e mentalidades potencializados pela cultura do trabalho” (SOUZA; SANTOS; MUTIM, 2021, p. 225).

Portanto, o artigo nos permite uma reflexão acerca dos fundamentos freireanos como uma prática viva, que se constrói a partir da prática, da reflexão e da teoria, em territórios com a sua própria cultura, economia, modo de vida. Esse conhecimento permite que os sujeitos reconheçam os aspectos regionais, culturais, ambientais, sociais e históricos, que fundamentam a sua própria existência.

Assim sendo, apesar dessas múltiplas identidades e alocação em diferentes territórios, para a discussão será considerado o pertencimento ao território de identidade Litoral Sul, que está composto por 26 municípios, com múltiplas características, umas similares, outras nem tanto. Cabe ressaltar, que o território de identidade Litoral Sul reuniu um conjunto de municípios bastante heterogêneos entre si, em termos socioeconômicos, o que vem ocasionando dificuldades para aglutinar todos os municípios e seus representantes em torno de um projeto comum, e as atividades executadas a partir das ações do colegiado territorial também não foram suficientes para engendrar uma trajetória virtuosa de desenvolvimento. (CERQUEIRA; JESUS, 2016, p. 285).

O território com área total de 14.683,5 Km², limita-se com os Territórios Costa do Descobrimento, Baixo Sul, Médio Rio de Contas e Médio Sudoeste da Bahia. Segundo dados do Censo Demográfico 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), a sua população totalizava 771.636 habitantes, representando 5,5% da população baiana, com densidade demográfica de 52,55 hab/km².

O Litoral Sul está inserido no Bioma Mata Atlântica. Dentre as paisagens naturais, destaca-se o Planalto Pré-Litorâneo, Planalto Costeiro e a Bacia Sedimentar Recôncavo-Tucano. Encontram-se na área Unidades de Conservação, reserva biológica, ecológica e particular, destacando-se a Serra de Itacaré/Serra Grande, Lagoa Encantada e Rio Almada,

O empoderamento feminino: alternativas ao desenvolvimento

Parque Estadual do Conduru e o Jardim Botânico de Ilhéus. Em relação à hidrografia, encontram-se os Rios de Contas, Pardo, Colônia e Una.

Em síntese, o ponto de partida para essa caracterização de território de identidade reside na consideração dos múltiplos aspectos históricos, geográficos, demográficos, socioeconômicos, culturais e infraestrutura material e os mapeamentos dos aspectos gerais e singulares na composição do território de identidade.

Sendo o território um espaço plural e ao mesmo tempo em constante construção, conflitos de interesse e modos heterogêneos de pensar as identidades, as problemáticas e o enfrentamento aos interesses difusos. Nesta perspectiva, o Território Litoral Sul possui em dois de seus municípios o atravessamento de uma Reserva Extrativista, que foi estabelecida por meio de tensionamento entre desenvolvimento econômico x desenvolvimento sustentável.

A RESEX - Reserva Extrativista de Canavieiras tem seu momento de reivindicação iniciado em 2001, por meio da interlocução de Vilma Xavier, e por um conjunto de pescadores e marisqueiras, que solicitaram ao IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a delimitação e a criação de uma reserva de proteção da vida marinha, sendo esse desejo validado pelo Governo Federal em 2006. Nesse sentido, a sua constituição abrange parte de três municípios da Bahia (Una, Canavieiras e Belmonte), compreendendo 100 mil hectares, da área 83% correspondem à parte oceânica, 12% são restingas e manguezais e o restante (menos de 5%) constitui áreas de terra firme.

A sua criação ainda é hoje fruto de uma discussão dentro dos municípios, sendo que em Canavieiras, existe um movimento de oposição ainda mais consolidado, onde os comerciantes e produtores de camarão em cativeiro vivem em constante agitação contrária a essa constituição, pois segundo estes sujeitos, a reserva atrasou o desenvolvimento econômico do município. Nesse sentido, o que está por trás dessas reivindicações é o desenvolvimento de um capitalismo que busca lucro, sem preocupação com a preservação dos recursos naturais.

3.1. A Reserva Extrativista de Canavieiras – BA e os papéis de gênero

A Resex por meio da Rede de Mulheres contribui de forma muito significativa para organização feminina e se apresenta como uma importante ferramenta para o desenvolvimento econômico de forma sustentável, nesse sentido, como pesquisadora/professora no município de Canavieiras/BA por meio do cotidiano, observo

como os movimentos articulados por meio da reserva se constituem visando o empoderamento, mas, ao mesmo tempo em seu interior demarca lugares por meio dos papéis exercidos por homens e mulheres.

Assim, para além do conflito pelo poder no território, no interior da Reserva Extrativista, homens e mulheres performam papéis de gênero atribuídos de acordo com o sexo biológico. De acordo com o estudo de Carmo *et al*, (2016), a divisão sexual do trabalho dentro da reserva é exercida por homens e mulheres de formas distintas, aos homens cabe a saída para pesca em áreas mais longínquas, enquanto as mulheres para além de dar conta do trabalho doméstico e do cuidado com a prole, exercem o trabalho na coleta do marisco, pois estes são perto de casa. Esses aspectos são pertinentes de análise, pois os autores ressaltam que:

Essa lógica leva a conferir à mão de obra masculina status mais elevado, mesmo considerando que as mulheres também compõem o processo produtivo na Resex. A desigualdade aqui verificada se amplia no sentido de não reconhecimento de direitos, uma vez que a cultura local atribui à atividade pesqueira feminina - realizada no ambiente doméstico e com produto destinado ao consumo familiar - um valor secundário e não remunerado. Assim, a atividade extrativista realizada por mulheres toma a forma de trabalho doméstico, e por estarem elas enraizadas em tal espaço, torna-se impossível sua transposição ao espaço público, onde deliberações cruciais referentes à Resex e às suas vidas inseridas nesse contexto eram debatidas (CARMO; PIRES; JESUS JÚNIOR; CAVALCANTE; TREVISAN, 2016, p, 169).

Para Fraser a subalternização do trabalho reprodutivo (o trabalho não remunerado), e, portanto, do trabalho feminino, tem sido uma constante dentro da sociedade capitalista. Desse modo, uma alternativa possível é tentar fazer com que as mulheres percebam que estão o tempo todo sendo atravessadas por injustiças de classe, de gênero e de raça.

Nessa direção, os autores apresentam que uma alternativa para o processo excludente vivenciado pelas mulheres dentro do espaço da RESEX reside na criação da Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras do sul da Bahia, por meio dessa articulação em redes, elas reivindicam melhorias nas condições objetivas e subjetivas de vida para elas. Assim:

Desde sua constituição, tem sido possível articular políticas públicas e setoriais versadas nas questões de gênero para as extrativistas participantes, destacando-se a luta pela garantia dos direitos sociais básicos, como os benefícios previdenciários, licença maternidade, seguro pelo defeso, dentre outros (CARMO; PIRES; JESUS JÚNIOR; CAVALCANTE; TREVISAN, 2016, p. 171)

O empoderamento feminino: alternativas ao desenvolvimento

O papel da articulação em rede dentro na Reserva Extrativista tem sido muito importante para as mulheres, pois de modo coletivo elas têm lutado para assegurar seus direitos. Quando pensamos de que modo as injustiças são produzidas pelo processo produtivo em sociedade capitalista, de fato precisamos pensar como as mulheres são as mais atingidas quando se trata da garantia dos direitos. E essas injustiças se tornam ainda mais graves quando elas são acumuladas às questões etárias e de cor. Nesse sentido, se faz sempre necessário organizar essas mulheres para que juntas consigam criar formas de enfrentar o processo de violência material (econômica) e simbólica (cultural).

Nesse sentido, a RESEX enquanto uma unidade de conservação da biodiversidade existentes nestes 03 municípios do território Litoral Sul, tem a perspectiva de ser uma alternativa ao desenvolvimento, por meio do extrativismo, conferindo sustentabilidade à natureza, de forma que essa venha a se recuperar dos danos sofridos com a exploração predatória. A rede de mulheres como uma célula constituinte da RESEX se apresenta como um importante ambiente formativo para as mulheres, permitindo que estas possam reivindicar seu espaço, o reconhecimento do seu trabalho e a redistribuição de direitos sociais, e desta forma, a consolidação do empoderamento em sua essência, pois este não se dá de forma individual, mas a partir da coletividade.

Nesse sentido, o modelo estabelecido pela Rede de Mulheres tem permitido que as mulheres fortaleçam a sua identidade, reivindiquem o seu espaço, busquem melhorias no acesso a saúde e educação – formal e não formal – e, principalmente, que se tornem autônomas e empoderadas, tanto dentro da Reserva Extrativista, como na vida social e política fora dela.

Considerações finais

Diante das questões que foram discutidas até aqui, consideramos importante situar os leitores sobre o nosso “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017), enquanto primeira autora sou uma mulher cisgênero, heterossexual, negra de pele clara, nascida no sul do Bahia, na cidade de Canavieiras, que encontrou no feminismo uma forma de compreender os problemas que atravessam a existência das mulheres. Nesse sentido, precisamos compreender que a crise sistêmica do capitalismo que atravessamos é fruto de uma crise política que resultou na ascensão da extrema direita, da crise ecológica que advém do uso desenfreado dos recursos naturais, na produção de bens e serviços que enriquecem apenas 1% dos mais ricos, e da subalternização do trabalho de reprodução.

Diante desse cenário de crise diversos setores da sociedade vêm apresentando alternativas para o desenvolvimento, como forma de enfrentar o sistema de exclusão decorrente do modelo capitalista. Dito isto, o ecofeminismo se apresenta como um modelo de feminismo que pensa a crise ecológica, e ao mesmo tempo discute a violência material (econômica) e ela é simbólica (cultural). Sem esse tipo de resistência organizada pelos movimentos de mulheres é quase improvável que a sociedade pense nas questões que afligem as mulheres, e nos fatores externos e internos que tornam a sua existência mais propensa às violências.

Assim, as organizações em redes de mulheres podem se consolidar como uma alternativa para o fortalecimento e o empoderamento dessas mulheres, nos aspectos da luta por reconhecimento de direitos, bem como, na conscientização dessas mulheres para que reflitam sobre as opressões vivenciadas, pois sem essa consciência das questões que as cercam o empoderamento não será consolidado. No caso da Reserva Extrativista de Canavieiras, a existência da “Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras do sul da Bahia” se apresenta como uma alternativa para o desenvolvimento e emancipação das mulheres, cabendo aqui o registro de uma lacuna para trabalhos de pesquisas posteriores, que visem analisar como a Rede Mulheres organiza o seu funcionamento, as ações que desenvolvem, bem como impactos destas na vida das mulheres.

Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p. ISBN 978-85-98349-69-5

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. **Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI**, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791. Acesso em 28 out. 2020.

CARMO, Jhader Cerqueira do; PIRES, Mônica de Moura; JESUS JÚNIOR, Guilhardes de; CAVALCANTE, Aniram Lins; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. Voz da natureza e da mulher na Resex de Canavieiras-Bahia-Brasil: sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 24(1): 406, janeiro-abril/2016

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Sumus, 2004.

O empoderamento feminino: alternativas ao desenvolvimento

CARTA MUNDIAL DAS MULHERES PARA A HUMANIDADE. Disponível em: <<http://www.metroviarios-sp.org.br/cartasabertas/carta090205mulheres.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2021

CERQUEIRA, Cristiane Aparecida. de; JESUS, Clesio Marcelino. **O Território Litoral Sul.** As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia. 1ed.Brasília: Ipea, 2017, v. , p. 185-212.

FRASER, Nancy. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica.** São Paulo: Boitempo, 2020.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 17 - N ° 40 - Set./Dez. de 2018.

FRASER, Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo. **Revista Direito GV.** São Paulo, 7[2], Jul-Dez, p. 617-634. 2011.

Freire, Paulo, & Shor, Ira. (1986). **Medo e ousadia.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009

SANTOS, Boaventura Sousa. **Um mapa de alternativas de produção. In: Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

SANTOS, **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, Heron Ferreira; SANTOS, Aline de Oliveira Costa; MUTIM, Avelar Luiz Bastos. Educação Profissional, Territórios e Resistências: contribuições do pensamento de Paulo Freire e práxis territorial. In: SOUZA, Heron Ferreira; MUTIM, Avelar Luiz Bastos; SANTOS, Aline de Oliveira Costa (Orgs). **Educação Profissional, Territórios e Resistências: diálogos com Paulo Freire.** Recife/PE: Centro Paulo Freire Estudos e Pesquisas, 2021 (pág. 211 a 236). Disponível em: www.centropaulofreire.com.br/e-books/digitais Acesso em 19 set. 2021.

Nota

ⁱ LGBTQIAPN+ é uma sigla de um movimento político e social de inclusão e respeito às pessoas Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.

Sobre os autores

Darluce Andrade de Queiroz Muniz

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Pós-graduada em Gestão da Educação (UESC), Mídias e Educação (UESB), Coordenação Pedagógica (FINOM); Graduada em Pedagogia (UESC). Professora Da Educação Básica na Escola Comunitária São Boaventura

– Canavieiras, Bahia. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos Sociais. Diversidade e Educação do Campo (GEPEMDEC) e Membro do Laboratório de Análise de Políticas e Gestão da Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (LAPGE/PPGEed/UFU). E-mail: darluceaq@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7502-2269>

Hadson Bertoldo Sales Lima

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade- PPGEduc- UNEB, Mestre em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB. Pós-Graduado em Educação, Cultura e Diversidade- UFRB; Graduado em Licenciatura em Geografia- UNEB. Professor da Educação Básica na Escola Produção Comunitária da Comunidade da Ribeira em Araci, Bahia. Membro do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Representações, Educação e Sustentabilidade (GIPRES). E-mail: hadsonbertoldo@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3888-0598>

Raquel Silva Borges

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Mestre Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); pós-graduada em Pedagogia Universitária pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); graduada em Pedagogia Pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Membro do Laboratório de Análise de Políticas e Gestão da Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (LAPGE/PPGEed/UFU). E-mail: raquels_borges@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8645-7604>

Recebido em: 30/03/2023

Aceito para publicação em: 27/06/2023